



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA DE PALMA

PROCESSO SELETIVO ESTAGIÁRIO PARA LOTAÇÃO NA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE PALMA - MG - EDITAL 002/2017

CADERNO DE QUESTÕES

DIREITO PENAL

1 - O artigo 4º do Código Penal Brasileiro diz que: " Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado." Nesse sentido o direito penal brasileiro, no que diz respeito ao tempo do crime, adota:

- A - A teoria da atividade.
- B - A teoria do Resultado.
- C - A teoria da ubiquidade ou mista.
- D - Nenhuma das respostas anteriores.

2 - O art. 6º do Código Penal Brasileiro diz que: " Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado." Nesse sentido o direito penal brasileiro, no que diz respeito ao lugar do crime, adota:

- A - A teoria da atividade.
- B - A teoria do Resultado.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA DE PALMA**

- C - A teoria da ubiquidade ou mista.
- D - Nenhuma das respostas anteriores.

3 - Sobre a desistência voluntária e o arrependimento eficaz, diz o art. 15, do Código Penal Brasileiro:

- A - Terá o agente sua pena reduzida de um terço a dois terços.
- B - Ocorre nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, por ato voluntário do agente, até o recebimento da denúncia ou queixa.
- C - O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.
- D - Nenhuma das respostas anteriores.

4 - Segundo o art. 33, § 2º, do Código Penal Brasileiro, as penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma progressiva, segundo mérito do condenado, observados os seguintes critérios e ressalvadas as hipóteses de transferência a regime mais rigoroso:

- A - O condenado a pena superior a oito anos deverá começar a cumpri-la em regime fechado; o condenado não reincidente, cuja pena seja de quatro anos e não exceda a oito, poderá desde o princípio, cumpri-la em regime semiaberto; o condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a quatro anos, poderá desde o início cumpri-la em regime aberto.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA DE PALMA**

B - O condenado a pena de oito anos deverá começar a cumpri-la em regime fechado; o condenado não reincidente, cuja pena seja de quatro anos e não exceda a oito, poderá desde o princípio, cumpri-la em regime semiaberto; o condenado não reincidente, cuja pena seja inferior a quatro anos, poderá desde o início cumpri-la em regime aberto.

C - O condenado a pena superior a oito anos deverá começar a cumpri-la em regime fechado; o condenado não reincidente, cuja pena seja superior a quatro anos e não exceda a oito, poderá desde o princípio, cumpri-la em regime semiaberto; o condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a quatro anos, poderá desde o início cumpri-la em regime aberto.

D - Nenhuma das respostas anteriores.

5 - Segundo o artigo 43, do Código Penal Brasileiro, são penas restritivas de direito, exceto:

A - Prestação Pecuniária.

B - Prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.

C - Limitação de fim de semana.

D - Proibição de frequentar bares e zonas boêmias ou similares.



Direito Processual Civil

6 - De acordo com o art. 489 do Código de Processo Civil, são elementos essenciais da sentença, exceto:

A - O relatório, que conterà os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo.

B - Os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito.

C - O reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou reconvenção.

D - O dispositivo, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem.

7 - Marque a alternativa incorreta:

Segundo o art. 335 do Código de Processo Civil, o réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data:

A - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA DE PALMA**

B - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I.

C - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos.

D - da intimação para a audiência.

8 - De acordo com o art. 346, parágrafo único, do Código de Processo Civil, o revel poderá:

A - contestar a ação a qualquer tempo.

B - desistir da ação.

C - intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.

D - apresentar reconvenção.

9 - Segundo o art. 516 do Código de Processo Civil, o cumprimento de sentença efetuar-se-á perante:

A - os tribunais, nas causas de sua competência originária.

B - o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição.

C - o juízo cível competente, quando se tratar de sentença penal condenatória, de sentença arbitral, de sentença estrangeira ou de acórdão proferido pelo Tribunal Marítimo.

D - todas as afirmativas estão corretas.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA DE PALMA**

10 - Com base no art. 528 do Código de Processo Civil, é correto afirmar que, no cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos:

A - o executado será intimado pessoalmente para, em 03 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo.

B - o executado será intimado pessoalmente para, em 05 (cinco) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo.

C - o executado será intimado por meio eletrônico para, em 03 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo.

D - o executado será intimado pessoalmente para, em 03 (três) dias, justificar a impossibilidade do pagamento.

LEI 9.099/95 (JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL) E LEI 12.153/09 (JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA).

11 - Segundo o art. 61 da Lei 9.099/95:

A - Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 02 (dois) anos.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA DE PALMA**

B - Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 01 (um) ano.

C - Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 02 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

D - Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 01 (um) ano, cumulada ou não com multa.

12 - Conforme descreve o parágrafo único do artigo 66, da Lei 9.099/95, não sendo encontrado o acusado para ser citado, o juiz:

A - Nomeará defensor dativo.

B - Suspenderá o processo e o prazo prescricional.

C - Buscará o endereço do acusado no sistema INFOSEG.

D - Encaminhará as peças existentes ao juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.

13 - Diz o parágrafo 4º do art. 76, da lei 9.099/95 - " Acolhendo a proposta do Ministério Público aceita pelo autor da infração, o juiz...":

A - Aplicará a pena restritiva de direitos ou multa e condenará o infrator nas custas processuais.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA DE PALMA**

B - Aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos.

C - Aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que importará em reincidência, sendo registrada para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos.

D - Nenhuma das respostas anteriores.

14 - Conforme previsto no art. 83, §§ 1º e 2º, da lei 9.099/95, cabem embargos de declaração quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão e serão opostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão. Em recente alteração introduzida pela Lei nº 13.105/2015 (NCPC), ficou positivado que os embargos de declaração no juizado especial criminal:

A - Suspenderão o prazo para o recurso.

B - Interrompem o prazo para o recurso.

C - Não altera o prazo para o recurso, continuando a correr, em razão do princípio da celeridade processual que vige na Lei 9.099/95.

D - Nenhuma das respostas anteriores.

15 - De acordo com o artigo 82, caput e parágrafo primeiro da Lei 9.099/95, da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença, caberá:



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA DE PALMA**

A - Apelação, a qual será interposta no prazo de 10 dias, contados da ciência da sentença pelo Ministério Público, pelo réu e seu defensor, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

B - Recurso inominado, o qual será interposto no prazo de 10 dias, contados da ciência da sentença pelo Ministério Público, pelo réu e seu defensor, por petição escrita, do qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

C - Recurso em Sentido Estrito, o qual será interposto no prazo de 10 dias, contados da ciência da sentença pelo Ministério Público, pelo réu e seu defensor, por petição escrita, do qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

D - Nenhuma das respostas anteriores.

16 - Sobre a suspensão condicional do processo, prevista no artigo 89, da Lei 9.099/95, é correto afirmar, exceto:

A - Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidos ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão, por dois anos a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizam a suspensão condicional da pena.

B - A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA DE PALMA**

C - A suspensão não será revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo por contravenção, mas será se descumprir qualquer das condições impostas.

D - Expirado o prazo sem revogação, o juiz declarará extinta a punibilidade.

17 - Assinale a alternativa ERRADA acerca do Juizado Especial da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009):

A - É competente para processar, conciliar e julgar causas cíveis e interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, Municípios, autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.

B - Há prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, em razão da prerrogativa que gozam.

C - É aplicável ao procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública, subsidiariamente, o Código de Processo Civil, a Lei 9.099/95 (Juizados Especiais Estaduais), e a Lei nº 10.259 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais Federais).

D - É cabível ação de obrigação de fazer em face dos ente federados visando o fornecimento de medicamentos e insumos.

18 - De acordo com o art. 4º da Lei 9099/95, é competente, para as causas previstas na referida Lei, o Juizado do Foro:



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA DE PALMA**

A - do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório.

B - do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita.

C - do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações de reparação de dano de qualquer natureza.

D - todas as afirmativas estão corretas.

19 - A Lei 9099/95, em seu artigo 18, permite a citação das seguintes formas, exceto:

A - por edital.

B - por correspondência, com aviso de recebimento em mão própria.

C - tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, mediante entrega ao encarregado da recepção, que será obrigatoriamente identificado.

D - sendo necessário, por oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória.

20 - Sobre a conciliação no Juizado Especial Cível, é correto afirmar, exceto:

A - a conciliação será conduzida pelo Juiz togado ou leigo ou por conciliador, sob sua orientação.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA DE PALMA**

B - Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo Juiz togado, mediante sentença sem eficácia de título executivo.

C - não comparecendo o demandado, o Juiz togado proferirá sentença.

D - não obtida a conciliação, as partes poderão optar, de comum acordo, pelo juízo arbitral, na forma prevista na Lei.

21 - De acordo com o art. 52, IX da Lei 9099/95, o devedor poderá oferecer embargos, nos autos da execução, versando, entre outros, sobre:

A - nulidade do título.

B - sentença ilíquida.

C - manifesto excesso de execução.

D - litigância de má-fé.

22 - Marque a opção incorreta: Segundo o art. 55, parágrafo único da Lei 9099/95, na execução não serão contadas custas, salvo quando:

A - reconhecida a litigância de má-fé.

B - reconhecido o excesso de execução.

C - improcedentes os embargos do devedor.

D - tratar-se de execução de sentença que tenha sido objeto de recurso improvido do devedor.

23 - Sobre os recursos no Juizado Especial Cível, é correto afirmar, exceto:



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA DE PALMA**

A - será julgado por uma turma composta por três Juízes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

B - as partes serão obrigatoriamente representadas por advogado.

C - terá somente efeito devolutivo, podendo o Juiz dar-lhe efeito suspensivo, para evitar dano irreparável para a parte.

D - será interposto no prazo de quinze dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

LEI Nº 8.078/90 - (CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR) E LEI Nº 8.245/91

- (LEI DO INQUILINATO).

24 - Quanto aos prazos prescricionais e decadenciais previstos pelo Código de Defesa do Consumidor, é INCORRETO afirmar que: (arts. 26 e 27).

A - O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em sete dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.

B - Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

C - O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA DE PALMA**

D - A reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca, é uma das formas que obsta a decadência.

25 - No direito do consumidor, quanto à responsabilidade por vício do produto e do serviço, é INCORRETO afirma que: (arts. 18 ao 25).

A - A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços não o exime de responsabilidade.

B - Os fornecedores respondem solidariamente pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, sem conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, da rotulagem ou de mensagem publicitária.

C - A garantia legal de adequação do produto ou serviço depende de termo expreso, vedada a exoneração contratual do fornecedor.

D - O fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária.

26 - São direitos básicos do consumidos definidos no art. 6º, do Código de Defesa do Consumidor, EXCETO:



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA DE PALMA**

- A - Adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.
- B - Efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos.
- C - Modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatores supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.
- D - Participação e consulta na formulação das políticas que os afetam diretamente, e a representação de seus interesses por intermédio das entidades públicas ou privadas de defesa do consumidor.

27 - Segundo preceitua o art. 22 da Lei nº 8245/91 - Lei do Inquilinato - o locador é obrigado a:

- A - Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel.
- B - responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação.
- C - Fornecer ao locatário, caso este solicite, descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes.
- D - Todas as afirmativas anteriores estão corretas.



CÓDIGO CIVIL

28 - Com relação aos contratos, marque a alternativa incorreta:

A - a liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato.

B - quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente.

C - é lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas no Código Civil.

D - pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.

29 - Assinale a alternativa correta: de acordo com o Código Civil, cabe a desconsideração da personalidade jurídica no seguinte caso:

A - em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial.

B - em caso de dissolução da personalidade jurídica.

C - em caso de erro, dolo, simulação ou fraude.

D - caso seja cassada a autorização para o funcionamento da pessoa jurídica.

30 - Sobre a personalidade e a capacidade, é correto afirmar, exceto:

A - toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

B - a menoridade cessa aos 18(dezoito) anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA DE PALMA

C - são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 14(quatorze) anos.

D - a capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA DE PALMA**

QUESTÕES DISCURSIVAS:

1 - Disserte, com suas palavras, sobre o Instituto da Responsabilidade Civil, com enfoque nos requisitos do ato ilícito (conduta humana, nexos causal, dano e culpa) e fazendo sua correlação com a geração do dano material e moral.

2 - Disserte sobre os princípios informadores dos Juizados Especiais, Cíveis e Criminais, previstos no art. 2º, da Lei nº 9.099/95.